

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Maria Alves de Melo – UECE – alves.melo@aluno.uece.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta lançar reflexões sobre os currículos dos cursos de licenciatura ofertados pela Universidade Estadual do Ceará, no que diz respeito à forma como são abordadas as desigualdades sociais nas práticas pedagógicas adotadas. Discutiremos a realidade encontrada, na maioria das vezes, pelos professores recém-formados ao iniciarem suas atividades profissionais nas escolas públicas estaduais localizadas em Fortaleza-Ceará. Com o propósito de nortear a pesquisa que desenvolveremos, algumas categorias centrais relacionadas à temática da formação de professores serão discutidas, como: ensino médio, desigualdades sociais, currículo, juventudes e neoliberalismo. Para nos guiar nessa trilha, nos apoiaremos em teóricos como Lukács, Marx, Saviani, Mészáros, Goodson, Arroyo, Tardif, Gatti, Kuenzer, dentre outros autores que possam contribuir para o aprofundamento da discussão da temática.

PROBLEMATIZANDO A REALIDADE VIVIDA PELOS PROFESSORES

O discurso que repetidamente ouvimos nas escolas de educação básica, quanto a atuação dos professores recém-formados ao chegarem às salas de aulas e se verem diante da complexa tarefa de gerir o processo ensino-aprendizagem, é o de que estes não estão preparados para a envergadura dessa ação. Mas não estão preparados por que, se acabaram de passar por uma formação de nível superior cuja finalidade é formar professores para atuarem nas diversas áreas de conhecimento? As fragilidades muitas vezes apontadas dizem respeito ao domínio dos conhecimentos necessários na sua área de formação, ou na didática empregada para mediar o processo de ensino-aprendizagem?

Se por um lado, esse discurso que parte da escola, aponta fragilidades dos professores menos experientes na mediação do processo ensino-aprendizagem, e tudo o que envolve essa ação, por outro lado, os próprios professores percebem-se diante de uma realidade bem distinta daquela explanada nas aulas que tiveram no seu curso de licenciatura. Muitos, de fato entram em choque especialmente frente à realidade das salas de aulas das escolas públicas, cujos

estudantes trazem para o contexto escolar as problemáticas próprias de seu cotidiano marcado pelas desigualdades sociais a que estão submetidos.

Arroyo (2017), refletindo sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil, nos diz que:

A pobreza que chega às escolas traz à docência uma interrogação muito radical para a pedagogia: os referentes em que justificamos as teorias pedagógicas dão conta? Não. Porque se considera que o ser humano se desenvolve, socializa-se humaniza-se. As políticas educativas reforçam a crença de que todo mundo vai nesse “trenzinho”, desenvolvendo-se como humano, e prometem que na escola vão se tornar mais humanos e sairão da pobreza. Mas a grande questão que a pedagogia, a docência, a escola são obrigadas a entender e a lidar é que existem milhões de crianças e adolescentes não só aqui, mas também na América Latina, na África, em condições subumanas de vida. Esses milhares estão, como afirma Paulo Freire, roubados em sua possibilidade de serem humanos. (ARROYO,2017, p.148).

Esse relativo distanciamento entre a realidade vivida pelos professores quando em formação nos seus cursos de licenciatura e a realidade dos estudantes que habitam as salas de aula de nossas escolas públicas nos leva a refletir sobre como a problemática das desigualdades sociais é abordada, ou se é abordada, nos currículos dos cursos de licenciatura. E desse modo, invariavelmente, em que proporção isso se refletirá na prática pedagógica dos professores da educação básica, em especial na escola pública.

Dominar os objetos de conhecimento próprios das áreas das licenciaturas seria mesmo suficiente para que os professores possam desempenhar bem sua atividade docente? Compreender os contextos de vida dos estudantes e suas famílias não deveria ser parte integrante, e imprescindível, da formação dos professores? A visão linear sobre o modo de aprender dos estudantes, com técnicas e métodos considerados universais, pode não repercutir em contextos cujas desigualdades sociais são a tônica do cotidiano dos estudantes. A limitação de acesso a um repertório cultural mais diversificado por parte dos estudantes pode ser um fator dificultador na manutenção de um ritmo de aprendizagem padronizado para todos. Para Tardif (2014) “a primeira característica do objeto de trabalho docente é que se trata de indivíduos”. Nesse sentido é que ele coloca que é justamente a particularidade dos alunos que se constitui obstáculo para as generalizações. E aqui um grande desafio se apresenta para os professores, que é trabalhar as necessidades individuais dos alunos dentro do coletivo da sala de aula.

Do mesmo modo, a limitação de acesso a um repertório mais plural, por parte do professor, no que diz respeito às diversas realidades vividas pelos estudantes, pode constituir-

se um dificultador para a realização de seu trabalho, de forma mais ampla e aprofundada, próprias da ação educativa.

Dentre as bases legais que contribuem para a discussão empreendida até o momento, destaco a Resolução CNE/CP N° 2/2019, que trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores, a qual indica três dimensões fundamentais em relação às competências específicas dos docentes: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Na dimensão do conhecimento profissional, citam-se as seguintes competências específicas:

- I – dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
 - II – demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
 - III – reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
 - IV – conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.
- (Resolução CNE/CP N° 2/2019, Art, 4º, § 1º)

O reconhecimento dos contextos de vida dos estudantes mostra-se então como uma competência específica, na dimensão do conhecimento profissional, a ser desenvolvida pelos professores em seus processos de formação nos cursos de licenciatura. A questão, nesse sentido, repousa sobre a relevância que os desenhos curriculares dos cursos de licenciaturas atribuem a essa competência específica.

Para além disso, e considerando os complexos cenários característicos da sociedade brasileira, marcado por profundas desigualdades sociais, é preciso estar ciente que as escolas são instituições integrantes dessa sociedade e por isso mesmo, nelas se encontram os traços característicos dessas dinâmicas sociais, seus conflitos, sua cultura (GATTI, 2017, p.722). Nesse sentido, ainda de acordo com Gatti (2017), pensar e fazer a formação de professores envolve considerar as condições situacionais e conscientizar-se das finalidades dessa formação, considerar os porquês, o para quê e o para quem é realizada essa formação (GATTI, 2017, p. 722). Essas são reflexões necessárias para que se possa pensar numa formação significativa para os professores, com reflexos na sua atuação como profissionais atuantes na escola pública, especialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como o reconhecimento dos contextos de vida dos estudantes é abordado nos cursos de licenciatura, sem dúvida é fator importante para a compreensão da prática dos professores na mediação do processo ensino-aprendizagem. Para além disso, é importante

compreender sob qual ponto de vista é abordado o contexto de vida dos estudantes, nos cursos de formação de professores.

Nesse sentido, Kuenzer (1999), refletindo sobre o processo de formação de professores, já sinalizava que:

Em face da complexificação da ação docente, ele precisará ser um profundo conhecedor da sociedade de seu tempo, das relações entre educação, economia e sociedade, dos conteúdos específicos, das formas de ensinar, e daquele que é a razão do seu trabalho: o aluno. (KUENZER, 1999, p. 172).

Sabemos quão ampla e diversificada pode ser a abordagem no que diz respeito às desigualdades sociais, suas causas, e consequências. O desenho de cada currículo de formação de professores, nas diversas universidades existentes em nosso país, é algo muito vasto, e certamente está atrelado a concepções de mundo, de sujeitos, de sociedade enfim.

Nesse sentido, investigar a relevância que os currículos dos cursos de licenciatura da UECE conferem ao conhecimento de seus estudantes sobre a realidade social dos jovens que cursam o ensino médio nas escolas da rede estadual de ensino localizadas na cidade de Fortaleza, é de grande importância para compreender o seu impacto sobre a prática pedagógica de docentes e formandos.

A cidade de Fortaleza apresenta uma realidade social bem complexa, considerando sua grande amplitude territorial. A desigualdade social pode ser vista a olho nu, como é próprio das grandes metrópoles. Essas diferenças nos contextos de onde partem os alunos que frequentam as escolas de ensino médio em Fortaleza, podem fazer muita diferença no modo como eles veem a escola, como aprendem, e conseqüentemente refletem na atividade docente dos professores. Sua postura diante desses estudantes pode inferir diretamente no processo ensino-aprendizagem pelo qual são responsáveis.

Diante de cenários tão desafiadores, onde temos comunidades cada vez mais heterogêneas, refletindo na composição das salas de aulas nas nossas escolas, assim como as comunicações em escala global contribuindo para disseminação de conceitos e interpretações múltiplas dos problemas, se faz necessário a construção de uma consciência crítica nos processos formativos dos professores, para que estes possam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais sensível às necessidades humanas (GATTI, 2017, p. 726).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v.30, n.99, p.147-158, maio/ago.2017

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

KUENZER, A.Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, dezembro/99.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.